

Em 308 cidades brasileiras, há mais eleitores do que habitantes

O IBGE identificou que em 308 cidades do Brasil o número de eleitores é maior que o de habitantes, considerando a estimativa populacional

Metade dos municípios onde ocorre a inversão está em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul e em Goiás e todos são de pequeno porte, segundo levantamento feito pela Confederação Nacional de Municípios (CNM). Em todo o país estão aptos para votar 146,8 milhões de eleitores, o que corresponde a 70,4% da população brasileira, de 208,5 milhões.

Os menores colégios eleitorais do país estão em cidades com menos ou pouco mais de mil habitantes. O município com menor número de eleitores é também o menor do país em habitantes: Serra da Saudade (MG), com 941 para 786 habitantes. A maior diferença entre o eleitorado e a população residente ocorre em Canaã dos Carajás (Pará). A cidade tem 3.805 eleitores a mais que habitantes. Em Severino Melo (RN), Cumaru (PE) e Maetinga (BA), a disparidade entre eleitores e residentes também é maior do que 3,2 mil.

Em relação aos municípios que têm menos eleitores entre os habitantes, Balbinos (SP) é o primeiro do ranking, com 5.532 habitantes e eleitorado de apenas 1.488. Em seguida, a proporção de eleitores em



Há situações em que os jovens saem para estudar em outras cidades, mas mantêm o domicílio eleitoral no município de origem.

relação ao número de habitantes abaixo de 30% ocorre em cidades do interior do Pará: Água Azul do Norte, São Félix do Xingu e Ulianópolis. As capitais representam os maiores colégios eleitorais. Em números absolutos, São Paulo lidera a lista com 9 milhões de eleitores, o que representa cerca de 6% do total brasileiro. Em seguida, vêm o Rio de Janeiro, com 4,8 milhões de eleitores (3,3%), e Brasília, com cerca de 2 milhões de eleitores (1,42%).

O levantamento da confederação, baseado nos registros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ressalta que as dife-

renças ocorrem pela distinção entre os domicílios eleitoral e civil, o que permite que o eleitor more em uma cidade e vote em outra. A concentração de eleitores em locais com maior atividade econômica e migração constante de grupos populacionais, como ciganos e assentados, também contribui para a diferença, segundo a CNM. “Morar numa cidade e votar na outra é possível, não é fraude. Não tem má-fé aí. São várias situações. São todos municípios de pequeno porte”, afirmou o presidente da CNM, Glademir Aroldi.

Ele disse que há situações

em que os jovens saem para estudar em outras cidades, mas mantêm o domicílio eleitoral no município de origem. “Há muitas cidades litorâneas onde a pessoa acaba adquirindo imóvel, mas reside e trabalha em outra, e com o tempo transferiu o título pra lá também”, observou. Outro motivo é o fato de que o número real de habitantes de algumas cidades pode estar subestimado. O próximo censo do IBGE está previsto para ser feito em 2020, e a estimativa mais recente do instituto foi baseada no censo anterior, de 2010.

“Há reclamações de prefeitos de que o censo do IBGE não foi feito [em algumas dessas cidades]. A população pode estar subestimada, muitos municípios alegam isso. O município diminuiu no último censo feito pelo IBGE, mas a população pode não ter diminuído ou ter aumentado alguma coisa”, reagiu Aroldi. Para a CNM, equívocos como esses têm impactos para a população e o município. “Isso traz prejuízos enormes para o município porque os programas e recursos do governo federal são distribuídos de acordo com o número de habitantes”, disse Aroldi (ABR).

O jogo no Brasil existe. Pode apostar!

Sérgio Ricardo de Almeida (*)

Por que ainda não regulamentamos a atividade? Nossos vizinhos da América do Sul fizeram o dever de casa.

A classe política brasileira é informal, atrasada e conservadora. É com essa constatação que retorno ao país depois de participar da XXI Mesa Redonda de Reguladores de Cassinos na América Latina e no Caribe, encontro promovido pelo Ministério do Comércio Exterior e Turismo do Peru, na sua capital, Lima. Representantes dos principais países do continente estiveram por lá, entre eles Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México.

Quase todos me perguntaram: com tanto jogo sendo oferecido nas ruas, por que o Brasil ainda não regulamentou a atividade? Não consegui responder lá e não consigo responder por aqui. É um misto de vergonha e indignação porque estamos perdendo esta oportunidade. Enquanto o mundo já está discutindo a questão de Bitcoins, Blockchain, jogos virtuais; aqui a gente não sabe se vota minimamente a legalização do jogo. Os nossos vizinhos da América do Sul se atentaram para esse potencial e fizeram o dever de casa.

O Peru já é considerado um modelo na luta contra a informalidade em jogos de cassino e máquinas caça-níqueis. O Chile, um Estado considerado tão conservador quanto o brasileiro, já legalizou seus jogos e está aprimorando os modelos de regulação. Isso sem citar os tradicionais destinos turísticos de jogos no Uruguai e na Argentina, que recebem todos os anos milhares de brasileiros. Um dos maiores potenciais deste mercado vem das apostas esportivas.

Em recente pesquisa nos Estados Unidos, realizada pela Nielsen Sports e divulgada no último dia 14, mostra a modalidade como a que mais cresce no mundo. Já são os maiores patrocinadores de canais esportivos, estão ao lado de alguns dos maiores clubes e seleções e atingem, na veia, os adultos com menos de 35 anos e apostadores com altas rendas familiares.

O Estado norte-americano de Nova Jersey é atualmente uma referência em estrutura

tuguês aprovou o regime jurídico dos jogos e apostas online, colocado em operação logo depois, e permitindo a realização de jogos de pôquer, cassino, apostas esportivas e de corridas de cavalos pela internet.

A expectativa inicial era arrecadar 25 milhões de euros por ano com a modalidade, meta que foi ultrapassada cinco vezes. Em apenas um ano, as receitas geradas pelos jogos online chegaram a 122,6 milhões de euros, de acordo com balanço divulgado pelo Serviço de Regulação e Inspeção de Jogos do Turismo de Portugal. Recursos que lá são aplicados em Segurança Social, conforme regulamentação da Santa Casa de Misericórdia portuguesa.

O ano de 2017 também foi muito bom para o segmento dos cassinos terrestres. Com receita estimada em 307 milhões de euros, só no terceiro trimestre de 2017 ocorreu um boom na receita bruta, superando os 86 milhões de euros – 14,5% a mais em comparação com o segundo trimestre do mesmo ano. Boa fatia dessa arrecadação veio do turismo tanto interno como de visitantes de outros países que

aproveitam a oportunidade de se divertir nos cassinos portugueses.

Enquanto isso, o Brasil amarga o quarto ano de uma crise sem precedentes e desperdiçando a chance de gerar emprego e trazer renda para o país. E não vejo nenhum candidato a Presidente abordar esse tema. Pode apostar senhor Presidente, o jogo existe no Brasil. Só arrecadamos muito pouco com a atividade.

Vamos virar o jogo!

(*) - É presidente da Loteria do Estado do Rio de Janeiro.



Com tanto jogo sendo oferecido nas ruas, por que o Brasil ainda não regulamentou a atividade?

de apostas esportivas. De acordo com dados oficiais, apenas no mês de julho de 2018, a modalidade gerou 3,8 milhões de dólares de receita bruta para a economia de Nova Jersey. Exatamente o que o mercado do Brasil e, principalmente, do Rio de Janeiro precisam. No Rio, queremos todos os operadores recolhendo impostos e gerando empregos aqui e não em paraísos fiscais.

Ah, Portugal! Nossos patrícios fizeram uma escolha pelos jogos para sair de uma das principais crises econômicas pelas quais o país passou. Em abril de 2015, o governo por-



INICÍO MINHA COLUNA comentando a confirmação de Marcos Mion para apresentar 'A Fazenda' na Record TV com estreia neste mês. O posto já pertenceu a Britto Jr (2009 a 2014), Roberto Justus (2015 a 2017) e Rodrigo Faro (No Módulo Verão, em 2012).

COM UM ELENCO MUITO MAIS FRACO do que os programas anteriores 'A Fazenda' não terá grandes atrações. Muito embora a Record TV não tenha divulgado os participantes, a coluna teve acesso a alguns nomes já confirmados, como: Rafael Ilha, Jackeline Petrovic e as ex-BBBs Ana Paula Renault e Mayara Araújo.

OPROGRAMAVEM COM NOVO APRESENTADOR e os convidados são personagens que estão afastados da televisão há algum tempo. Segundo informações seguras, muitas celebridades foram convidadas mas houve pouco interesse de uma boa parte, daí esse elenco fraco.

A EX-MODELO LUIZA BRUNET XINGOU A FAXINEIRA DE SUA CASA só porque ela postou nas redes sociais: "Namoro não gera união estável", referindo-se a decisão da justiça que negou o pedido da ex-modelo sobre seu relacionamento com o empresário Lírio Parisotto.

LA BRUNET, NÃO MEDIU PALAVRAS E DISSE Á FAXINEIRA: "Você é metida, cuida da sua vidinha sua vadia, quem viveu com ele fui eu e não você", enfatizou. A ex-modelo denunciou o empresário por espancamento e maus tratos, mas perdeu na justiça por falta de provas.

JEFFERSON PAES UM NOVO CANTOR DESSA NOVA SAFRA DE NOVOS TALENTOS já está preparando seu terceiro CD. O cantor que é dono de um grande talento tem grandes possibilidades de conquistar o seu espaço no meio artístico por ter um bom repertório musical.

PARA EVITAR CONFLITO COM OS FILHOS DE MARCELO REZENDE, a Record TV vetou a cabeleira Luciana Lacerda nos especiais que irão lembrar o primeiro ano de morte do jornalista. Ela, que foi namorada de Marcelo, não quis comentar o assunto quando foi questionada pela coluna.

NA TV NADA SE CRIA, TUDO SE COPIA, COMO DIZIA CHARINHA 'O VELHO GUERREIRO'. Tanto é verdade que a Rede TV prepara mais um programa de focos para turbinar a audiência. O programa substituirá os jornalísticos da emissora 'Bola na Rede' e 'Denúncia Urgente'. A ideia é produzir uma versão do focofocalizando do SBT.

O CANTOR BETO BARBOSA (REI DA LAMBADA), de 63 anos, publicou no seu instagram onde ele aparece na primeira sessão de quimioterapia para tratar o câncer na bexiga e na próstata. Mesmo assim ele pretende voltar aos shows em setembro, contrariando as ordens médicas.

FRASE FINAL: O cínico é um homem que sabe o preço de tudo e o valor de nada (Oscar Wilde).

Venezuela pode suspender repasse de energia elétrica a Roraima

A estatal energética venezuelana Corpolec, que fornece energia elétrica para Roraima, ameaça suspender o fornecimento para o estado por causa de uma dívida da Eletronorte. Roraima é a única unidade da federação que não está interligada ao sistema elétrico nacional, e depende do país vizinho para garantir o abastecimento energético.

A Eletronorte reconhece que tem uma dívida de US\$ 30 milhões com a estatal venezuelana, mas diz que o débito não resulta de falta de dinheiro em caixa para pagar a Corpolec, e sim de "dificuldades operacionais" para transferir os US\$ 4 milhões mensais atualmente pagos pelo fornecimento de energia – serviço que vem sendo prestado regularmente desde 2001.

As dificuldades de transferência de dólares para o país vizinho, por meio do banco em que a Corpolec tem conta, começou após o governo dos Estados Unidos impor uma série de medidas restritivas contra a Venezuela, seu presidente, Nicolás Maduro, e altos funcionários do governo. O Ministério de Minas e Energia confirmou que a Eletronorte tem enfrentado dificuldades para remeter os pagamentos à Corpolec e garantiu que o governo federal está empenhado em buscar uma solução institucional para o problema.

O ministério minimizou o potencial de prejuízo para a população



Roraima é a única unidade da federação que não está interligada ao sistema elétrico nacional.

de Roraima caso o fornecimento seja temporariamente suspenso, pois a demanda seria suprida por usinas termelétricas acionadas em casos emergenciais. A Aneel reitera que as usinas termelétricas de Roraima estão preparadas para suprir eventual falha no fornecimento de energia elétrica pela Venezuela, mas isso irá encarecer os custos e pode ocasionar uma alta no preço da conta de luz de todos os brasileiros.

Para o chefe da Casa Civil do governo de Roraima, Frederico Linhares, além de encarecer a conta de luz, contar com o aporte das termelétricas não é a solução adequada. "O parque térmico não é suficiente para suprir a demanda do estado, que já sofre com a falta de energia elétrica quase que diariamente e paga uma das tarifas mais caras do país", argumentou Linhares (ABR).

A hora e a vez do Ministro do Planejamento

Edison Carlos Fernandes (*)

Havia um mês para a Copa do Mundo e o noticiário nacional ainda não dava destaque a esse evento

Os jornais impressos, radiofônicos, televisivos e na internet repercutiram os últimos acontecimentos político-sociais, especialmente a paralisação dos agentes de carga. Assim que foi anunciado o acordo do Governo federal com os líderes dessa paralisação, surgiu inevitavelmente a pergunta: quem vai pagar a conta? Claramente uma preocupação orçamentária, ou seja, de finanças públicas.

Os eleitores de outubro podiam não saber a escalção da Seleção Canarinho antes da competição futebolística, mas estavam preocupados e discutindo questões relacionadas ao orçamento público. Esses mesmos eleitores assistiram ao impedimento do segundo presidente do País no último período democrático, acusado de crime de responsabilidade por ter infringido exatamente as leis de finanças públi-

cas. Pode até ser que nós brasileiros ainda não sejamos cidadãos maduros o suficiente, no entanto, caminhamos a passos largos para a maioridade política com certeza.

Diante disso, acredito que o foco das nossas expectativas como eleitores deve mudar e romper o que é outra tradição (assim como a expressão "país do futebol"). Todos os pré-candidatos a Presidente da República são questionados de pronto: quem será o seu Ministro da Fazenda? Nos tempos atuais, porém, o interesse deve ser no Ministro do Planejamento.

Os assuntos mais relevantes estão ligados à condução das finanças públicas, o que é uma atribuição do Planejamento.

Ainda temos dezoito anos de despesas públicas limitadas à inflação, por conta do rígido controle sobre os gastos públicos. Os especialistas estimam que serão mais dois ou três anos de déficit público, o que implica o aumento da dívida do Governo federal, que, diga-se, já está alta para os padrões de países como o Brasil. A sociedade pressiona, por um lado, para a redução dos gastos

com pessoal, o que envolvem, muitas vezes, a "concessão de privilégios", e, de outro, para a contenção ou até redução dos tributos, exigindo criatividade na viabilização de novas fontes de receitas públicas capazes de manter as políticas públicas.

O próximo Presidente da República deverá governar com o Orçamento Público nas mãos. E não se trata de uma necessidade ou de uma estratégia ideológica. Sendo o mandatário eleito de direita, de esquerda, de centros, de cima ou de baixo precisará atender as demandas e as expectativas da população sem perder o controle da gestão orçamentária. Não há alternativa.

Esse trabalho exigirá muitas qualidades. Em primeiro lugar, a seriedade e a integridade na elaboração do Orçamento Público, que tem que deixar de ser uma "peça de ficção". Em teoria, esse orçamento capta as demandas sociais e, convertendo-as em cifras, elabora o rol das despesas públicas, em uma ordem de prioridades. Como próxima tarefa na sua elaboração, busca-se estabelecer as formas de financiamento

dessas despesas, por meio das receitas públicas, que, advirta-se desde logo, não se resumem aos tributos, especialmente, aos impostos.

Em sendo assim, também são necessárias a sensibilidade social, principalmente na definição do que é prioritário à população brasileira, e a criatividade para encontrar formas de financiamento das despesas públicas eficazes e de baixo impacto social (receitas públicas). Do lado das receitas públicas, novamente, algumas questões se colocam de maneira imperiosa, independentemente da posição ideológica do novo Governo.

Nesse sentido, um bom começo será alterar a estrutura sobre a qual estão erigidos o sistema tributário nacional e a sua legislação de referência, com o objetivo de trazer justiça para a distribuição da carga tributária, o que não será o bastante. Entram em cena alternativas para geração de receita pública, como a exploração do patrimônio público, a privatização, as concessões de serviços públicos, a preferência por formas vinculadas de pagamento das despesas públicas,

inclusive em matéria tributária, onde o cidadão contribui diretamente pela prestação do serviço estatal e somente na medida em que esse serviço seja executado.

De acordo com análise amplamente aceita da conjuntura brasileira, vários fundamentos econômicos estão adequados e a contento, especialmente, a inflação controlada e o alto nível das reservas internacionais. O ponto de atenção ainda é a gestão fiscal: déficit elevado e a dívida pública são preocupantes. A elaboração e a execução orçamentárias são os instrumentos para resolver ou, ao menos, apontar para a solução dos problemas da gestão fiscal.

Dessa forma, as atribuições do Ministro da Fazenda virão a reboque das finanças públicas, ou seja, das atribuições do Ministro do Planejamento. Portanto, nas entrevistas aos pré-candidatos à Presidente da República, uma pergunta não pode deixar de ser feita: quem será o seu Ministro do Planejamento?

(*) - Doutor em Direito pela PUC/SP e professor do CEU Law School e da FGV Direito SP, é sócio do FF Advogados.